A IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO CURRÍCULO DE TERESINA NO COMPONENTE DE GEOGRAFIA E SEUS IMPACTOS NA PRÁTICA DOCENTE

THE IMPLEMENTATION OF THE NEW CURRICULUM OF TERESINA IN THE COMPONENT OF GEOGRAPHY AND ITS IMPACTS ON TEACHING PRACTICE

LA IMPLEMENTACIÓN DEL NUEVO CURRÍCULO DE TERESINA EN EL COMPONENTE DE GEOGRAFÍA Y SUS IMPACTOS EN LA PRÁCTICA DOCENTE

Danielly Borges de Sousa
Universidade Federal do Piauí
danielly2021.2@gmail.com

Sara Raquel Cardoso Teixeira de Sousa
Universidade Estadual do Maranhão
sousasrct@gmail.com

Thais Costa Medeiros
Universidade Federal do Piauí
thaysbio2013@gmail.com

Carlos de Oliveira Bispo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
bispocarlos93@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho baseia-se nas novas percepções sobre o Ensino de Geografia e suas expectativas de aprendizagem dentro das Diretrizes Curriculares do Município de Teresina. Assim, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar os impactos da implementação do novo Currículo de Teresina na área da Geografia escolar desse município. Para tanto, foi preciso verificar como os gestores escolares estão orientando os professores sobre o novo Currículo de Teresina, no componente da Geografia. A metodologia aplicada constituiu-se em levantamento bibliográfico, análise documental a respeito da construção curricular e aplicação de questionários, com a finalidade de entender as interferências do novo currículo sobre as ações do professor de Geografia. Os resultados mostram que os professores têm conhecimento da existência do Currículo de Teresina e da possibilidade de uso para alinhar suas ações em sala de aula. Por fim, espera-se que esta pesquisa contribua para um novo olhar sobre esse tema.

Palavras-chave: Currículo Escolar. Ensino de Geografia. Prática Docente. Impactos. Teresina.

v. 14, n. 27, 2023 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

ABSTRACT

The present work is based on the new perceptions about the Teaching of Geography and its learning expectations within the Curriculum Guidelines of the Municipality of Teresina. Thus, this research has the general aims of analyzing the impacts of the implementation of the new Teresina Curriculum in the area of school geography in that municipality. To do so, it was necessary to verify how school managers are guiding teachers about the new Teresina Curriculum, in the Geography component. The applied methodology consisted of a bibliographical survey, documental analysis regarding the curricular construction and application of questionnaires with the purpose of understanding the interferences of the new curriculum on the actions of the Geography teacher. The results show that teachers are aware of the existence of the Teresina Curriculum and the possibility of using it to align their actions in the classroom. Finally, it is hoped that this research will contribute to a new look at this topic.

Keywords: School curriculum. Teaching Geography. Teaching Practice Impacts. Teresina.

RESUMEN

El presente trabajo se basa en las nuevas percepciones sobre la Enseñanza de la Geografía y sus expectativas de aprendizaje dentro de las Directrices Curriculares del Municipio de Teresina. Así, esta investigación tiene como objetivo general analizar los impactos de la implementación del nuevo Currículo Teresina en el área de geografía escolar en dicho municipio. Para ello, fue necesario verificar cómo los gestores escolares están orientando a los docentes sobre el nuevo Currículo Teresina, en el componente de Geografía. La metodología aplicada consistió en levantamiento bibliográfico, análisis documental sobre la construcción curricular y aplicación de cuestionarios con el objetivo de comprender las interferencias del nuevo currículo en el actuar del profesor de Geografía. Los resultados muestran que los docentes conocen la existencia del Currículo Teresina y la posibilidad de utilizarlo para alinear sus acciones en el aula. Finalmente, se espera que esta investigación contribuya a una nueva mirada sobre este tema.

Palabras clave: Currículum escolar. Enseñanza de la geografía. Práctica docente Impactos. Teresina.

INTRODUÇÃO

O currículo tem várias concepções que trazem consigo as interpretações do seu contexto e de práticas educacionais. Nesse sentido, é necessário conhecer a forma como as mudanças sociais influenciam a sua construção e elaboração.

O termo currículo tem suas origens no latim *curriculum*, que significa "caminho a ser percorrido". De acordo com Sacristán (2013), o currículo é uma construção social e cultural que deve ser compreendida em sua relação com o contexto histórico, político e

social em que está imerso. O autor supracitado defende que o currículo não é apenas um conjunto de disciplinas e conteúdos, mas um processo dinâmico que envolve a construção de valores, saberes, práticas e atitudes que são essenciais para a formação dos indivíduos.

Historicamente, o currículo esteve majoritariamente ligado à estrutura de um plano de ensino, que estabelece os objetivos, conteúdos, métodos e avaliação que serão utilizados para o desenvolvimento das atividades educativas.

Com o advento da industrialização, a escola precisou se adaptar a uma nova realidade social e econômica, que por sua vez levou a diferentes teorias sobre o currículo. Nesse ponto, frisa-se que existem diferentes concepções acerca das definições e da perspectiva de ensino e aprendizagem que o norteiam.

Portanto, verifica-se que tais conceitos estão ligados a práticas educativas e suas funções sociais, culturais, assim como à realidade de cada sistema educativo. Observa-se, a partir de autores como Callai (2001), Silva (2010), Rostas (2010) e Sacristán (2000; 2013), uma ideia de que o currículo é pensado e definido a partir de contextos bem específicos que permitem uma interferência para uma adaptação das práticas e teorias.

O currículo deve ser pensando à luz de documentos oficiais que regem nosso país, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)-1996, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs)-2013 Base Nacional Comum Curricular (BNCC)-2017 e, no âmbito municipal, o Currículo de Teresina (CT)-2018.

A LDB, aprovada em dezembro de 1996 com o número 9394/96, foi criada para garantir o direito a toda a população de ter acesso à educação gratuita e de qualidade, bem como para valorizar os profissionais da educação e estabelecer os deveres da União, do Estado e dos Municípios para com a educação pública.

Desse modo, depreende-se que o currículo é norteado pela concepção de uma base nacional comum que considera as características gerais de uma sociedade em seus vários aspectos, quais sejam, cultural, econômico e social. Além disso, a lei em questão explicita a necessidade de adaptação por parte dos Estados e Munícipios em relação à realidade local, de acordo com o seu público-alvo.

Segundo Rostas (2010), apesar de as DCNs terem sua origem na LDB, havia uma necessidade de atualizar as políticas públicas educacionais. Nesse escopo, vale ressaltar que as Diretrizes Curriculares Nacionais são nortes para que as entidades públicas educacionais possam refletir, alinhar e sistematizar suas próprias políticas

v. 14, n. 27, 2023 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

educacionais. Tudo isso com base na estrutura e nas regras das DCNs. Assim, podemos pensar na qualidade e equidade do ensino, considerando os diversos contextos existentes no Brasil.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi promulgada na Constituição da República Federativa do Brasil, que prevê, em seu Artigo 210, a fixação de conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar a formação básica comum e o respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

Com a aprovação da BNCC, em 20 dezembro de 2017, houve a necessidade de se reformular as Diretrizes Curriculares do município de Teresina. Assim, o novo documento foi apresentado à comunidade docente no ano de 2019, porém somente em 2020 foi implantado nas unidades de ensino.

Por conseguinte, a BNCC é a norma que rege as competências gerais que devem ser tratadas na Educação Básica brasileira. Além de elencar as competências e habilidades que deverão ser abordadas durante o ano escolar nas instituições de ensino do território nacional, cada rede gozará de autonomia para organizar seus currículos.

Com efeito, a autonomia dada para a elaboração de um currículo voltado para a realidade dos estudantes de cada região permitiu à rede municipal de Teresina a elaboração do currículo de ensino da rede. Ademais, destaca-se que os princípios estão conectados com os vários aspectos educacionais existentes, tais como: formação, avaliação, planejamento, habilidades e competências. Isso viabiliza a construção de um currículo que atenda a todas as necessidades de ensino.

Nessa perspectiva, o presente artigo tem como objetivo analisar os impactos da implementação do novo Currículo de Teresina, na área da Geografia, frente às novas expectativas de ensino e aprendizagem.

Acredita-se que a pesquisa em tela trará dados importantes sobre a nova organização frente aos desafios conduzidos pelo novo Currículo de Teresina, assim como retratará as expectativas de ensino e aprendizagem dos estudantes do 6º ao 9º ano das escolas do município de Teresina, no componente da Geografia.

A CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO PARA UM ENSINO SIGNIFICATIVO

Segundo Rostas (2010), para entender o discurso curricular, é preciso compreender que as teorias do currículo sofrem influências, de forma dialética, das

v. 14, n. 27, 2023 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

várias possibilidades de articulação do poder. O processo de industrialização causou uma mudança na realidade social e econômica que afetou diretamente o olhar sobre a educação e levou a diferentes teorias sobre o currículo.

De acordo com Lopes (2011, p.21), "todas as teorias têm em comum a definição de currículo como plano formal das atividades/experiências de ensino e de aprendizagem, a preocupação com a administração, em algum nível centralizado, do dia a dia da sala de aula".

Embora existam diferentes concepções acerca das definições e de perspectivas sobre o currículo, Sacristán (2000, p.14-15) estabelece que o currículo pode ser analisado a partir de cinco âmbitos formalmente diferenciados:

- O ponto de vista sobre sua função social como ponte entre a sociedade e a escola.

- Projeto ou plano educativo, pretenso ou real, composto de diferentes aspectos, experiências, conteúdos, etc.
- Fala-se do currículo como a expressão formal e material desse projeto que deve apresentar, sob determinado formato, seus conteúdos, suas orientações e suas sequências para abordá-lo, etc.

- Referem-se ao currículo os que o entendem como um campo prático. Entendê-lo assim supõe a possibilidade de: 1) analisar os processos instrutivos e a realidade da prática a partir de uma perspectiva que lhes dota de conteúdo; 2) estudá-lo como território de intersecção de práticas diversas que não se referem apenas aos processos de tipo pedagógico, interações e comunicações educativas;

- Referem-se a ele os que exercem um tipo de atividade discursiva acadêmica e pesquisadora sobre todos estes temas.

Pode-se afirmar que o currículo auxilia a formação do cidadão consciente e, além disso, influencia em diversos aspectos da vida do sujeito inserido no contexto social. Discutir currículo transpassa o âmbito educacional, de modo que ele pode ser concebido como um objeto político. Nesse sentido, sua discussão deve levar em consideração vários aspectos e suas mudanças passam por análise interdisciplinar.

No campo político, o currículo é discutido levando-se em consideração inicialmente a LDB nº 9.394/96. Durante o processo de formação do professor, é discutido e sentido pelo futuro profissional ainda em formação, pois os cursos superiores possuem currículos organizados para o desenvolvimento do profissional da

v. 14, n. 27, 2023 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

educação. Afinal, a formação do professor deve contemplar não apenas o conhecimento teórico sobre os conteúdos a serem ensinados, mas também as competências e habilidades necessárias para a prática pedagógica.

A LDB nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) é um importante marco legal para a discussão do currículo no campo político, haja vista que estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional, além de definir, entre outros aspectos, as finalidades da educação, os objetivos do ensino, os currículos das diferentes etapas e modalidades da educação básica e os critérios de avaliação do desempenho dos estudantes. Especificamente no tocante ao currículo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação estabelece que:

> Art. 9º A União incumbir-se-á de: IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;
>
> Art.26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996).

Assim sendo, o currículo deve ser fundamentado e alinhado a uma base comum que assegure uma formação básica comum a todos os estudantes dentro do território brasileiro. Nesse ponto, ressalta-se que devem ser consideradas, dentro da construção do currículo, as características gerais no que se refere aos segmentos cultural, econômico e social de cada sistema de ensino.

Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica

A atualização das políticas públicas educacionais é um desafio importante no que tange à promoção de melhorias na qualidade do ensino. Nesse viés, ressalta-se que é preciso que haja autonomia da escola no tocante à elaboração da sua proposta curricular. Quanto a isso, as Diretrizes Curriculares Nacionais-DCNs estabelecem alguns objetivos:

> I – sistematizar os princípios e diretrizes gerais da Educação Básica contidos na Constituição, na LDB e demais dispositivos legais, traduzindo-os em orientações que contribuam para assegurar a

v. 14, n. 27, 2023 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

> formação básica comum nacional, tendo como foco os sujeitos que dão vida ao currículo e à escola;
>
> II – estimular a reflexão crítica e propositiva que deve subsidiar a formulação, execução e avaliação do projeto político-pedagógico da escola de Educação Básica;
>
> III – orientar os cursos de formação inicial e continuada de profissionais – docentes, técnicos, funcionários – da Educação Básica, os sistemas educativos dos diferentes entes federados e as escolas que os integram, indistintamente da rede a que pertençam (BRASIL, 2013, p.7-8)

Em face dos objetivos supramencionados, defende-se que as DCNs constituem-se como documentos complementares aos demais documentos normativos e às leis da educação. Essas diretrizes definem as competências e as habilidades que os estudantes devem desenvolver ao longo da Educação Básica, bem como os conteúdos e metodologias que devem ser adotados pelos sistemas de ensino.

Além disso, as diretrizes orientam a elaboração dos currículos e dos projetos pedagógicos das escolas, assegurando a integração curricular entre as diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, além de contribuírem para a promoção da qualidade da educação e para o desenvolvimento integral dos estudantes. Assim, pode-se pensar na qualidade e na equidade do ensino, alinhando as diretrizes com a sala de aula e considerando os diversos contextos existentes no Brasil, como o social, o político e o educacional.

Base Nacional Comum Curricular – BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que estabelece as habilidades essenciais que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo da Educação Básica, que compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. A referida Base foi instituída pela Lei nº 13.005/2014, a qual aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) e foi homologada em 2017.

A BNCC foi elaborada após um amplo processo de consulta e de participação social, o qual envolveu especialistas, professores, gestores, estudantes, famílias e representantes da sociedade civil em geral. Como produto, surgiu um documento

v. 14, n. 27, 2023 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

normativo que define as competências e habilidades que os estudantes devem desenvolver em cada etapa e em cada modalidade da Educação Básica, bem como os conhecimentos, as habilidades e as atitudes que devem ser desenvolvidos nas diferentes áreas do conhecimento (BRASIL, 2017).

Faz-se mister esclarecer que a BNCC não define uma metodologia específica para o ensino. Em verdade, ela orienta a elaboração dos currículos pelas redes de ensino e pelas escolas, assegurando a coerência e a integração curricular em todo o território nacional. Ademais, a BNCC ainda tem como característica ser referência para a elaboração de materiais didáticos, avaliações e formação de professores.

> A BNCC e os currículos se identificam na comunhão de princípios e valores que, como já mencionado, orientam a LDB e as DCN. Dessa maneira, reconhecem que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica (BRASIL, 2017, p. 16).

Outrossim, A BNCC deixa clara a necessidade de adequação no currículo de cada rede de ensino, seja federal, estadual ou municipal. Essa autonomia é de fundamental importância para a construção curricular, pois permite que as escolas estabeleçam seus objetivos e metas pautadas no coletivo, de modo a não permitir subjetividades.

O Currículo do Piauí

O Estado do Piauí começou a elaboração de um novo currículo no ano de 2019, de forma que o regime de colaboração foi adotado como metodologia para a construção desse documento. Dentre os 224 municípios do estado, 176 aderiram ao regime de colaboração, envolvendo também órgãos como a Secretaria de Estado da Educação-SEDUC, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME e a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME, garantindo, assim, um trabalho com múltiplos olhares para uma educação de qualidade.

Assim como a Base Nacional Comum Curricular, o Currículo do Piauí propõe que seja ofertado aos estudantes um ensino capaz de desenvolver todas as habilidades

v. 14, n. 27, 2023 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

necessárias para corresponder às expectativas de aprendizagem esperadas para cada etapa de ensino.

No que se refere ao componente de Geografia, o currículo ressalta a importância de trazer a realidade vivida para o âmbito escolar. De acordo com Evangelista (2016), a Geografia escolar tem como função orientar o processo de ensino-aprendizagem para que o aluno compreenda o mundo atual, com suas transformações na organização do espaço geográfico, que por sua vez são ocasionandas pelo sistema técnico-científico-informacional do qual fazemos parte.

Nessa perspectiva de que o estudante deve compreender o mundo e ser capaz de desenvolver o seu raciocínio geográfico para desenvolver integralmente suas competências e habilidades, (SILVA, 2020, p.246) afirma que:

> O componente de Geografia, no currículo do Estado do Piauí, constitui um grande desafio para o desenvolvimento integral dos estudantes, para o fortalecimento das políticas de equidade e a educação inclusiva,além de garantir as condições necessárias para que sejam assegurados os direitos de aprendizagem e desenvolvimento a todos os estudantes das escolas piauienses, respeitando suas realidades socioeconômica, cultural,étnico-racial e geográfico.

Desse modo, o Currículo do Piauí tem como base principal a busca pela promoção da formação integral dos estudantes, a partir da compreensão que se tem de cada contexto socioespacial. Nessa perspectiva, os municípios piauienses deverão elaborar suas diretrizes curriculares.

Currículo de Teresina

O currículo de Teresina começou a ser elaborado a partir da aprovação da Base Comum Curricular e contou, a princípio, com um grupo formado por uma equipe de técnicos da Secretaria Municipal de Educação de Teresina (SEMEC), que buscou, junto à Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SEM), a reformulação do currículo, visto que São Paulo foi a primeira cidade a lançar o documento em sua versão já alinhada às diretrizes nacionais.

A primeira ação da SEMEC foi lançar uma consulta pública que tinha como proposta verificar a visão que a sociedade, os professores, os pedagogos, os diretores e

v. 14, n. 27, 2023 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

os estudantes tinham a respeito da educação, bem como o que era esperado da educação municipal de Teresina.

Após a consulta pública, ocorreu a criação de dez grupos de estudos formados por professores, pedagogos, diretores e técnicos da SEMEC. Com efeito, o grupo de trabalho do componente de Geografia contou com a participação de quatro técnicos, uma pedagoga, quatro professores da Secretaria Municipal de Educação e dois redatores externos.

A autonomia dada para elaboração de um currículo voltado para a realidade do seu público-alvo permitiu que a rede municipal de Teresina elaborasse o currículo de ensino da rede. O currículo foi elaborado pelos seguintes princípios (TERESINA,2018, p. 17-18):

> - O currículo é um balizador dos direitos de aprendizagem, pois especifica o que o aluno deve aprender;
> - O currículo é constituído por saberes de diferentes áreas e experiências sociais e culturais, indispensáveis ao desenvolvimento das habilidades e competências requeridas pela vida pessoal e profissional e pela formação crítica e cidadã;
> - O currículo ganha vida no dia a dia da escola, adequando-se às transformações culturais, tecnológicas e científicas;
> - O currículo tem o professor como protagonista de sua construção, cabendo-lhe participar crítica e criativamente da elaboração, implementação, avaliação e reelaboração;
> - O currículo é um compromisso de que os estudantes aprenderão o que precisam aprender, tendo acesso ao conhecimento como direito de todos à formação e desenvolvimento humano.
> - O currículo determina os níveis de aprendizagem para cada etapa do ensino, consequentemente, estipula padrões do que deve ser aprendido em cada série ou ano escolar;
> - O currículo estabelece referenciais, para avaliação, formação docente e produção de livros didáticos; consequentemente, orienta a política educacional em aspectos essenciais do sistema escolar.

Infere-se, portanto, que os princípios estão conectados com os vários aspectos educacionais existentes, tais como: formação, avaliação, planejamento, habilidades e

v. 14, n. 27, 2023 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

competências. Isso permite construir um currículo que atenda a todas as necessidades de ensino.

Nesse ponto, ressalta-se que, ao analisar o currículo de Teresina, não foi identificado direcionamento para as disciplinas trabalhadas, o que pode dificultar o entendimento e a execução por parte dos professores da nova proposta curricular. Pontua-se que isso será analisado posteriormente.

PROPOSTA CURRICULAR E O ENSINO DE GEOGRAFIA

Ao falarmos de Currículo, precisamos entender o que, de fato, espera-se que o estudante aprenda ao final de cada ano escolar. A presente pesquisa tem como foco o ensino da Geografia. Assim, é necessário reforçar que o objeto de estudo dessa ciência é o espaço geográfico vinculado à dinâmica social.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) de Geografia para o ensino fundamental, por exemplo, visam ampliar as capacidades dos estudantes de observar, comparar e representar as características do lugar em que vivem e de diferentes paisagens e espaços geográficos. Portanto, o currículo é uma organização dos conceitos, habilidades e competências a serem desenvolvidos. Segundo Callai (2001, p.135):

> [...] o que se quer hoje, e a sociedade exige da escola, é uma educação que desenvolva o raciocínio lógico, a criticidade, a instrumentalização para usar coerentemente o conhecimento, a capacidade de pensar e especialmente de poder construir o pensamento com autoria própria.

Diante dessa contextualização, defende-se que a contribuição da escola está representada no oferecimento, ao indivíduo, de acesso ao conhecimento geográfico e à leitura e interpretação do mundo, bem como aos fenômenos espaciais.

A geografia escolar abrange o reconhecimento do papel do estudante enquanto cidadão. O ensino da Geografia, articulado com o Currículo, permite uma organização estrutural dos conteúdos a serem ensinados, de forma significativa e intencional, aos estudantes. Andrade (2018, p.39) afirma que:

> Os conteúdos da geografia escolar devem ensinar aos alunos uma maneira de ver o mundo, ensinando um modo de pensar geográfico,

v. 14, n. 27, 2023 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

> que os possibilitem aprender a ler a espacialidade diferencial, as origens naturais, sociais, políticas e econômicas da desigual produção do espaço. Estimular o olhar do aluno para a compreensão do espaço como produto e produtor das relações existentes na sociedade e da sua forma de organização.

Dessa forma, o professor, ao planejar os conteúdos abordados durante a aula, deve ficar atento para ensinar o estudante a desenvolver um raciocínio geográfico. O Currículo norteia o conhecimento da Geografia como ciência que promove a conexão entre os fenômenos sociais e físicos. Segundo a BNCC (BRASIL, 2017, p.359):

> Estudar Geografia é uma oportunidade para compreender o mundo em que se vive, na medida em que esse componente curricular aborda as ações humanas construídas nas distintas sociedades existentes nas diversas regiões do planeta. Ao mesmo tempo, a educação geográfica contribui para a formação do conceito de identidade, expresso de diferentes formas: na compreensão perceptiva da paisagem, que ganha significado à medida que, ao observá-la, nota-se a vivência dos indivíduos e da coletividade; nas relações com os lugares vividos; nos costumes que resgatam a nossa memória social; na identidade cultural; e na consciência de que somos sujeitos da história, distintos uns dos outros e, por isso, convictos das nossas diferenças.

Destarte, o ensino de geografia almeja que o estudante possa ser capaz de exercitar o raciocínio geográfico a fim de compreender que as ações individuais e/ou coletivas afetam a natureza e as relações humanas, trazendo, assim, consequências para as gerações futuras.

O ENSINO DE GEOGRAFIA EM TERESINA

Em se tratando do ensino de Geografia em Teresina-PI, concentrou-se o olhar no âmbito do Ensino Fundamental II, que trata das competências básicas voltadas para a leitura da paisagem, do lugar, do território e da região, com o objetivo de levar a um entendimento sobre o papel do estudante enquanto cidadão. Nesse viés, Silva (2010, p.38) destaca a concepção do ensino de Geografia:

> [...]ensino de Geografia é definido como a ação de ensinar o aluno a aprender a partir de sua experiência com o meio socioespacial no qual vive e desenvolve suas atividades. Trata-se de uma perspectiva que coloca o aluno no centro do processo de construção de seu

v. 14, n. 27, 2023 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

> conhecimento, como sujeito ativo dos mecanismos de aprendizagem. Nesse processo, o recurso pedagógico primordial é o contato com a realidade e a formação da consciência crítica de ser e estar no mundo e das ações e reações que resultam da forma como o indivíduo se relaciona com o meio socioespacial. Ou seja, o conhecimento do aluno em relação à Geografia é possibilitado pelo contato deste com os elementos e fatores que produzem e reproduzem o espaço social no qual vive e convive. É, pois, levar os alunos a reconhecer que a Geografia faz parte do cotidiano de cada um, e que seu aprendizado ajuda a compreender a si mesmo, como ator de um espaço-tempo.

Dessa maneira, o ensino escolar está associado a uma Geografia crítica e contemporânea, norteando as transformações que ocorrem nos espaços sociais, as quais podem ser contextualizados numa perspectiva mundial, regional e local.

Ao se analisar o componente curricular de Geografia em Teresina, percebe-se que os conteúdos abordados estão divididos em unidades temáticas, a saber: O sujeito e seu lugar no mundo, Conexões e escalas, Formas de representação e pensamento espacial, Divisão social e territorial do trabalho, Natureza: meio geográfico e qualidade de vida. Essas unidades temáticas estão estruturadas de acordo com os objetos do conhecimento, além de alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e distribuídas ao longo de quatro bimestres – vide ONU, 2018.

A primeira unidade temática, qual seja, "O sujeito e seu lugar no mundo", trata de habilidades voltadas à observação, à análise, ao conhecimento, à compreensão e ao entendimento. Tem por finalidade levar o estudante a aprender sobre a sua identidade sociocultural, assim como sobre as contribuições dos diferentes povos no território brasileiro, sobre as colaborações de grupos de imigrantes em Teresina, sobre as dinâmicas migratórias brasileiras, sobre a globalização mundial e, por fim, sobre as marcas incorporadas desse processo em Teresina.

Portanto, pode-se perceber que a primeira unidade temática tem um olhar voltado à percepção do indivíduo enquanto sujeito. Como afirma Callai (2005, p.228):

> Fazer a leitura do mundo não é fazer uma leitura apenas do mapa, ou pelo mapa, embora ele seja muito importante. É fazer a leitura do mundo da vida, construído cotidianamente e que expressa tanto as nossas utopias, como os limites que nos são postos, sejam eles do âmbito da natureza, sejam do âmbito da sociedade (culturais, políticos, econômicos).

v. 14, n. 27, 2023 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

A segunda unidade temática, “Conexões e escalas”, estabelece relações entre os componentes físico-naturais; entre a formação socioeconômica e territorial do Brasil; entre a população brasileira e as consequências socioeconômicas dessa formação; constituição do território a partir de seus elementos integrantes; geopolítica; integração mundial e suas interpretações; e cartografia: usos e interpretações. Do ponto de vista da Geografia, é importante que o estudante consiga estabelecer uma ligação entre o lugar que ele vive e a sua constituição.

A terceira unidade temática, “Formas de representação e pensamento espacial”, é dedicada às nocões básicas de leitura, interpretação e elementos gerais da cartografia. De acordo com Oliveira (2016, p.81), o que se pretende nesse tema:

> [...] a Cartografia permite ao aluno compreender os conteúdos e conceitos geográficos por meio de uma linguagem abstrata dos espaços representados, sobretudo pelos mapas, a partir da mediação pedagógica do professor sobre os elementos imprescindíveis contidos nas convenções cartográficas como pontos, linhas e cores, já que a linguagem cartográfica é uma estratégia e procedimento de ensino porque permite ao aluno ver, analisar e interpretar diferentes informações relacionadas à produção de um determinado espaço ou parte dele.

Outrossim, a tarceira unidade temática irá estimular o raciocínio geográfico do estudante através da linguaguem cartográfica.

A quarta unidade temática, “Divisão social e territorial do trabalho”, aborda a relação de produção com a configuração espacial. Nesse contexto, o estudante será levado a identificar o desenvolvimento das atividades econômicas, além de reconhecer as transformações da paisagem em Teresina, a partir do desenvolvimento urbano, e analisar como o mercado de consumo influencia o meio geográfico em diversas perspectivas.

A quinta unidade temática, “Natureza: meio geográfico e qualidade de vida”, é destinada à apropriação e ao uso dos recursos naturais. Brasil (2017, p.364) afirma que:

> No Ensino Fundamental – Anos Finais, essas noções ganham dimensões conceituais mais complexas, de modo a levar os estudantes a estabelecer relações mais elaboradas, conjugando natureza, ambiente

v. 14, n. 27, 2023 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

> e atividades antrópicas em distintas escalas e dimensões socioeconômicas e políticas. Dessa maneira, torna-se possível a eles conhecer os fundamentos naturais do planeta e as transformações impostas pelas atividades humanas na dinâmica físico-natural, inclusive no contexto urbano e rural.

Desse modo, encontram-se nessa unidade diferentes aspectos da natureza ligados ao desenvolvimento sociocultural e sociopolítico. Percebe-se que todas as unidades temáticas estão alinhadas com a Base Comum Curricular.

OS PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A pesquisa desenvolveu-se em três etapas, sendo elas: 1) Levantamento bibliográfico, como leituras de artigos e livros de autores como: Callai (2001), Sacristán (2000; 2013), Rostas (2010) e Silva (2010); 2) Análise da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Diretrizes Curriculares Nacionais e da Base Nacional Comum Curricular, as quais que nortearam a construção curricular e; 3) Aplicação de questionário com a finalidade de entender as interferências do novo currículo nas ações do professor de Geografia. Após as etapas, construiu-se o presente texto para fins de apreciação dos resultados encontrados.

O estudo teórico foi realizado por meio de leituras de livros, artigos científicos e dissertações já publicadas, bem como por meio da análise da proposta curricular de Teresina, produzida pela Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) de Teresina/PI.

Além disso, fez-se pesquisa de campo de forma direta, com vistas a analisar um conjunto de documentos produzidos na escola, que corrobora o novo Currículo de Teresina. Dentre os documentos supracitados, destacam-se: pautas dos encontros extraclasse, plano de aula, plano de gestão, projetos pedagógicos e regimento escolar.

Devido à pandemia pelo COVID-19, a coleta de dados ocorreu por meio de entrevista online com auxílio do *Google Forms*, com quatro professores que lecionam a disciplina de Geografia.

A referida pesquisa foi realizada no primeiro semestre de 2021. Responderam ao questionário quatro professores lotados em duas escolas públicas municipais de Teresina. Para tanto, identificam-se os participantes da pesquisa como Prof.1, Prof.2, Prof.3 e Prof.4. A partir dos resultados obtidos através do questionário, foi possível

v. 14, n. 27, 2023 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

caracterizar o perfil dos sujeitos da pesquisa no que se refere ao sexo e à formação acadêmica, entre outras informações gerais a respeito da temática discutida.

Destarte, foram realizadas oito perguntas, dentre as quais quatro questionavam de maneira direta acerca do currículo: "1. Você tem conhecimento a respeito do Currículo Escolar de Teresina? 2. O Currículo de Teresina foi, em algum momento, discutido entre você e a instituição ao qual está vinculado(a)? 3. Na sua opinião, o currículo influenciou em suas ações enquanto professora na disciplina de Geografia? 4. Caso sua resposta anterior seja "SIM", justifique sua resposta.". As demais perguntas tiveram como objetivo realizar o levantamento de dados gerais, como gênero, formação acadêmica, escola em que atua etc.

Com efeito, o procedimento metodológico utilizado nessa pesquisa terá duas frentes: a pesquisa quantitativa, pois as informações coletadas através dos questionários, entrevistas e análise documental serão traduzidas por números, relatos e informações dos resultados obtidos; e a pesquisa qualitativa, com o fim de conhecer o assunto abordado nesse trabalho.

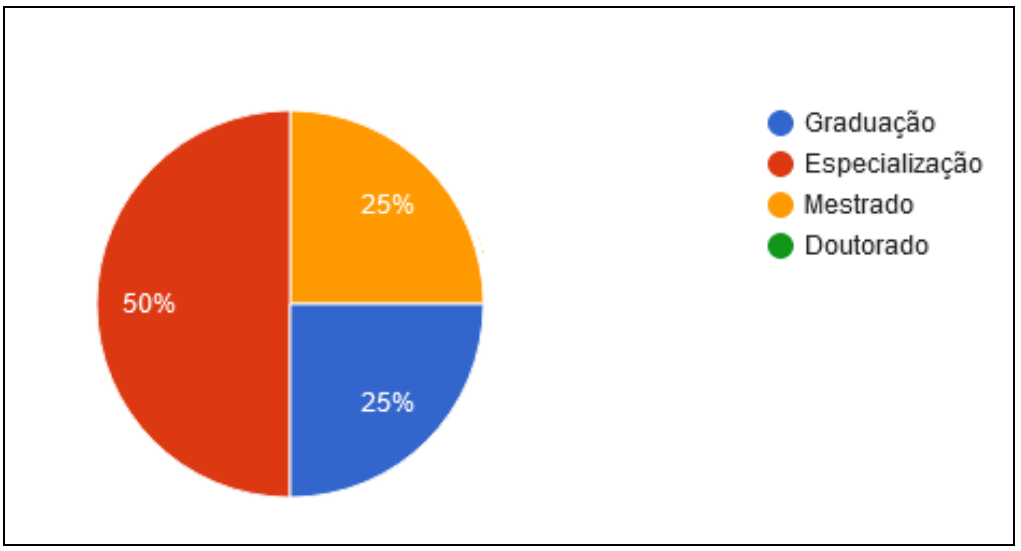
A NOVA PROPOSTA CURRICULAR DE TERESINA INTERFERE NO ENSINO DE GEOGRAFIA?

A pesquisa foi realizada em duas escolas da rede municipal de Teresina, localizadas na região sudeste da cidade, tendo dois professores lotados em cada unidade. A rede municipal de ensino de Teresina conta com sessenta escolas de 6º ao 9º ano. Dessas, nove unidades educacionais estão localizadas na região pesquisada e dezenove professores de Geografia atuam nessas escolas.

Analisando as respostas dos questionamentos utilizados para levantamento de dados, mostrou-se que, dos quatros professores, 50% eram do sexo feminino e 50% do sexo masculino. Quanto à formação acadêmica, mostrou-se que todos os sujeitos eram licenciados em Geografia, sendo 25% graduados, 50% especialistas e 25% mestres, conforme o Gráfico 1.

v. 14, n. 27, 2023 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

Gráfico 1 – Formação dos Professores Pesquisados



Fonte: Pesquisa direta (2021).

Importante destacar que todos os professores pesquisados possuem graduação em licenciatura plena em Geografia. Ao serem questionados sobre o conhecimento acerca da existência do Currículo Escolar de Teresina, apenas um dos sujeitos pesquisados respondeu não ter conhecimento a respeito do currículo de Teresina. Os demais responderam que possuem conhecimento a respeito.

Vale ressaltar que o professor que desconhece a existência do Currículo de Tersina é substituto, o que denota a falta de difusão e informação dentro das escolas a respeito desse documento.

Destaca-se a resposta do Prof. 4, pois ele disse que "*Sim, tivemos várias reuniões, formandos grupos de estudos para discutir o Currículo de Teresina a partir da BNCC, do Currículo da Cidade de São Paulo e da literatura especializada."* Pela resposta do referido sujeito, conclui-se que a discussão do currículo partiu das novas exigências impostas a partir da BNCC e que foi utilizado como parâmetro o currículo da cidade de São Paulo.

Apesar de o currículo referir-se à educação e aos seus procedimentos, é importante lembrar que devem ser levados em consideração também os aspectos políticos e sociais do contexto geográfico no qual as escolas estão inseridas, de modo que a realidade da cidade de São Paulo é deveras distinta daquela da cidade de Teresina.

v. 14, n. 27, 2023 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

A literatura que discute questões voltadas à construção curricular dá suporte aos professores e àquilo que se pretende colocar em prática na escola. Partindo desse ponto de vista, o Prof. 4, respondente da pesquisa, soube dialogar com mais precisão a respeito do currículo em todos os questionamentos realizados, frisando que a sua participação na formação acadêmica influencia diretamente a apropriação do ensino da Geografia.

Todos os sujeitos responderam que o currículo influencia na prática da sala de aula, até mesmo o respondente que indicou não conhecer o currículo de Teresina. É possível que o sujeito em questão, apesar de desconhecer o currículo, tenha percebido mudanças significativas no direcionamento dos conteúdos, bem como no *modus operandi* de aplicação destes últimos, a exemplo da aplicação de metodologias diferenciadas indicadas pelas coordenações.

Ao serem questionados sobre a efetiva discussão do currículo dentro da instituição de ensino ao qual estão vinculados, 75% dos professores afirmaram ter ocorrido em algum momento um debate sobre esse tema, sendo que 25% não tiveram essa oportunidade. O Quadro 1 apresenta de forma sintética as respostas dos professores.

Quadro 1 – Justifique a resposta sobre a influência do currículo sobre suas ações em sala

Professor	Resposta
Prof. 1	O currículo de Teresina foi discutido e assim ele norteia algumas ações para que nós docentes possamos aprimorar ou adotar e aplicar em sala de aula
Prof. 2	Ele me norteia, me ajuda no planejamento e execução da aula e da minha prática docente.
Prof. 3	Nas formações
Prof. 4	Sim.principalmente no que tange à recepção dos alunos, quanto ao conhecimento prévio no recorte geografico vivido, a utilização de parâmetros conhecidos pelos alunos , enriquece a aula e traz facilidade ao professor a cerca dos instrumentos utilizados . Ministrar as aulas levando em consideração o conhecimento já constituído facilita,esclarece e possibilita um melhor entendimento. Quanto às diretrizes pautadas no que rege o fazer e o saber fazer possibilita um entendimento geografico, social, econômico e cultural da realidade vivida proporcionando assim, acesso e proximidade aluno/ professor.

Fonte: Pesquisa direta (2021).

Indagou-se aos professores sobre a influência que o currículo pode ter nas ações professorais da disciplina de Geografia. Nesse aspecto, verificou-se que 100% dos professores acreditam que essa influência existe. Os dados apontam que 75% dos docentes acreditam que o Currículo Escolar norteia o planejamento e a execução da sua

v. 14, n. 27, 2023 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

prática em sala de aula; 25% acreditam que o currículo enriquece a sua formação docente.

O Prof. 1 indicou que as mudanças interferiram nas maneiras (metodologias) de se abordar os conteúdos geográficos em sala de aula, pois os currículos norteiam suas ações em sala. Analisando a resposta do Prof. 2, percebe-se que suas colocações se aproximam da resposta do sujeito anterior.

O prof. 3, que é o mesmo sujeito que afirmou não conhecer o currículo de Teresina, argumentou que as interferências ficam no campo das formações, corroborando, portanto, a afirmação de que, realmente, o sujeito desconhece o currículo e o fato de que suas indicações estão voltadas para as práticas em sala de aula no nível básico de ensino.

A resposta do Prof. 4 apresenta consistência quanto ao conhecimento do currículo de Teresina, uma vez que, em sua resposta, é possível verificar diversos elementos que estão contidos no currículo do município, os quais foram discutidos anteriormente neste artigo.

Afirma-se a importância do conhecimento do currículo, assim como da BNCC, LDB e DCN, por parte dos professores, pois suas ações, a partir disso, serão mais precisas quanto ao desenvolvimento das habilidades esperadas e aos objetivos a serem alcançados.

Ratifica-se que o currículo de Teresina é concebido a partir de uma concepção de educação integral, que parte da compreensão dos contextos socioespaciais locais, mas sem deixar de observar a LDB, as DCNs e o BNCC. Só assim é possível assegurar a integração curricular das diferentes áreas do conhecimento.

CONCLUSÃO

A partir da presente pesquisa, foi possível constatar que o Currículo Escolar é uma fonte de conhecimento sobre as habilidades, competências e diretrizes que orientam o processo de ensino e aprendizagem da Geografia.

Os dados permitiram apontar que a maioria dos professores tem acesso a essa temática no âmbito da rede de ensino de Teresina e que a mesma maioria reconhece a importância do Currículo nas suas ações professorais. Entretanto, podemos verificar que existe uma parcela que não tem acesso ao debate dentro das instituições às quais está

v. 14, n. 27, 2023 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

vinculada. Outro fato é que os professores pesquisados afirmaram perceber os efeitos das mudanças curriculares de Teresina.

Os professores que participaram da pesquisa mostraram conhecimento a respeito do currículo de Teresina, inclusive os sujeitos que afirmaram desconhecer o documento. Nesse sentido, apontaram mudanças em suas ações dentro da sala de aula.

Os sujeitos que tiveram contato direto com o currículo citaram, pelo menos uma vez, elementos contidos dentro da proposta curricular, o que nos leva a perceber a necessidade de apresentar este documento aos professores atuantes na rede de ensino municipal de Teresina/PI. Dessarte, é importante destacar que o documento não cita diretamente suas perspectivas sobre as disciplinas específicas.

Alfim, ressalta-se a necessidade de haver reuniões informativas sobre o componente curricular de Geografia, com vistas à sua implementação, de fato, nas instituições de ensino. Assim, os professores terão uma maior segurança das suas ações em sala de aula. Ressalta-se, quanto a isso, que tais ações estão atreladas aos conhecimentos que os estudantes precisam adquirir em sua formação acadêmica e em seu desenvolvimento humano como um todo. Por fim, espera-se que esta pesquisa contribua para um novo olhar sobre a temática aqui abordada.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Renata Bernardo. Currículo e o ensino de Geografia: Orientações Curriculares e Educopédia na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. **Para onde!?** Porto Alegre, v.10, n.2, p.36-44, 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).** Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília, MEC, 1996.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: geografia.** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/ SEF, 1998.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Brasília, MEC, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, MEC, 2017.

CALLAI, Helena Copetti. **Aprendendo a ler o mundo:** a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. Cadernos CEDES [online]. 2005, v. 25, n. 66, pp. 227-247, 2005. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-32622005000200006.Acesso em: 19 Jul. 2021.

CALLAI, Helena Copetti. **A Geografia e a escola**: muda a geografia? Muda o ensino? Terra Livre, v.1 *[S. l.]*, v. 1, n. 16, p. 133–152, 2001.

EVANGELISTA, Armstrong. Os desafios de ensinar geografia no século XXI. **Anais...** XVIII Encontro Nacional de Geógrafos. 24 a 30 de julho de 2016. São Luis:MA.

LOPES, Alice Casimiro. **Teorias de currículo.** São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Simone Santos de. Desenho e cartografia escolar no ensino de Geografia. Revista **Geografia, Ensino & Pesquisa**, Vol. 20, n.3, p. 78-86, 2016. ISSN: 2236-4994 DOI: 10.5902/2236499419821. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/19821/pdf. Acesso em: 17 jun.2021.

ONU. **Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2018.Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br. Acesso em: 24 abr. 2023.

ROSTAS, Guilherme Ribeiro. O currículo e as competências educacionais no ensino médio. In: NASCIMENTO, Ilma Vieira; MORAES, Léila Cristina Silveira; BONFIM, Maria Núbia Barbosa (Org.). **Currículo Escolar: dimensões pedagógicas e políticas.** São Luís: Edufma, 2010.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática.** Trad. Ernani F. da F. Rosa. 3ed. Porto Alegre: Artmed,2000.

SACRISTÁN, José Gimeno. O que significa o currículo? In: SACRSITÁN, José Gimeno (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Editora: Penso, p. 16-35, julho 2013.

SILVA, Francisco das Chagas Rodrigues da. **Trajetórias de formação de professores (as) de geografia [manuscrito]**: interfaces com o saber-ensinar. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Educação, Mestrado em Educação, 2010.

SILVA, Francisco das Chagas Rodrigues da. **Trajetórias de formação de professores (as) de geografia [manuscrito]: interfaces com o saber-ensinar**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Educação, Mestrado em Educação, 2010.

SILVA, Carlos Alberto Pereira (Org.) [et al]. **Currículo do Piauí: um marco para a educação do nosso estado: educação infantil, educação fundamental.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

TERESINA, Prefeitura Municipal. **Currículo de Teresina: ensino fundamental, componente curricular: geografia.** Secretaria Municipal de Educação. Teresina: UPJ Produções, 2018.

Recebido em setembro de 2021.

Revisão realizada em fevereiro de 2023.

Aceito para publicação em maio de 2023.